



Estratégia
Concursos

3° SIMULADO

TCU

Simulado Especial

3º Simulado TCU

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCU;
- 2 – A prova contém **200 itens** que serão divididos em duas partes, conhecimentos gerais na parte da manhã e conhecimentos específicos na parte da tarde. que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe, com alternativas certo/errado.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do *Estratégia Concursos*;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **Na parte da tarde, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TCU-12-09-20>

091 – (C) (E)	113 – (C) (E)	135 – (C) (E)	157 – (C) (E)	179 – (C) (E)
092 – (C) (E)	114 – (C) (E)	136 – (C) (E)	158 – (C) (E)	180 – (C) (E)
093 – (C) (E)	115 – (C) (E)	137 – (C) (E)	159 – (C) (E)	181 – (C) (E)
094 – (C) (E)	116 – (C) (E)	138 – (C) (E)	160 – (C) (E)	182 – (C) (E)
095 – (C) (E)	117 – (C) (E)	139 – (C) (E)	161 – (C) (E)	183 – (C) (E)
096 – (C) (E)	118 – (C) (E)	140 – (C) (E)	162 – (C) (E)	184 – (C) (E)
097 – (C) (E)	119 – (C) (E)	141 – (C) (E)	163 – (C) (E)	188 – (C) (E)
098 – (C) (E)	120 – (C) (E)	142 – (C) (E)	164 – (C) (E)	186 – (C) (E)
099 – (C) (E)	121 – (C) (E)	143 – (C) (E)	165 – (C) (E)	187 – (C) (E)
100 – (C) (E)	122 – (C) (E)	144 – (C) (E)	166 – (C) (E)	188 – (C) (E)
101 – (C) (E)	123 – (C) (E)	145 – (C) (E)	167 – (C) (E)	189 – (C) (E)
102 – (C) (E)	124 – (C) (E)	146 – (C) (E)	168 – (C) (E)	190 – (C) (E)
103 – (C) (E)	125 – (C) (E)	147 – (C) (E)	169 – (C) (E)	191 – (C) (E)
104 – (C) (E)	126 – (C) (E)	148 – (C) (E)	170 – (C) (E)	192 – (C) (E)
105 – (C) (E)	127 – (C) (E)	149 – (C) (E)	171 – (C) (E)	193 – (C) (E)
106 – (C) (E)	128 – (C) (E)	150 – (C) (E)	172 – (C) (E)	194 – (C) (E)
107 – (C) (E)	129 – (C) (E)	151 – (C) (E)	173 – (C) (E)	195 – (C) (E)
108 – (C) (E)	130 – (C) (E)	152 – (C) (E)	174 – (C) (E)	196 – (C) (E)
109 – (C) (E)	131 – (C) (E)	153 – (C) (E)	175 – (C) (E)	197 – (C) (E)
110 – (C) (E)	132 – (C) (E)	154 – (C) (E)	176 – (C) (E)	198 – (C) (E)
111 – (C) (E)	133 – (C) (E)	155 – (C) (E)	177 – (C) (E)	199 – (C) (E)
112 – (C) (E)	134 – (C) (E)	156 – (C) (E)	178 – (C) (E)	200 – (C) (E)

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

Texto**O que é mobilidade urbana sustentável**

Mobilidade é o grande desafio das cidades contemporâneas, em todas as partes do mundo. A opção pelo automóvel – que parecia ser a resposta eficiente do século 20 à necessidade de circulação – levou à paralisia do trânsito, com desperdício de tempo e combustível, além dos problemas ambientais de poluição atmosférica e de ocupação do espaço público.

É preciso que se difundam boas práticas de transportes coletivos integrados que melhorem a qualidade dos ambientes urbanos. Mobilidade urbana sustentável, em outras palavras. Esse conceito envolve a implantação de sistemas sobre trilhos, como metrô, trens e bondes modernos (VLTs), ônibus “limpos”, com integração a ciclovias, esteiras rolantes, elevadores de grande capacidade. E soluções inovadoras, como os teleféricos de Medellín (Colômbia), ou sistemas de bicicletas públicas, como os implantados em Copenhague, Paris, Barcelona, Bogotá, Boston e várias outras cidades mundiais.

Por fim, a mobilidade urbana também demanda calçadas confortáveis, niveladas, sem buracos e obstáculos, porque um terço das viagens realizadas nas cidades brasileiras é feita a pé ou em cadeiras de rodas. Somente a requalificação dos transportes públicos poderá reduzir o ronco dos motores e permitir que as ruas deixem de ser “vias” de passagem e voltem a ser locais de convivência.

(Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/sobre-o-portal/mobilidade-urbana-sustentavel/>>. **Portal Mobilize Brasil**. Associação Abaporu. Adaptado).

01. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.

É possível inferir que a melhoria das calçadas para a mobilidade urbana é importante para grande quantidade de pessoas que se locomovem a pé ou em cadeira de rodas.

02. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.

De acordo com o texto, a justificativa para a necessidade de investimento em mobilidade urbana é o fato de ser - a mobilidade urbana - um grande desafio das cidades contemporâneas no mundo.

03. Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o seguinte item.

Presentes no texto, os vocábulos “automóvel”, “metrô” e “convivência” são acentuados em decorrência da regra gramatical que classifica as palavras paroxítonas.

04. Julgue o item seguinte, com relação aos aspectos linguísticos do texto.

Em: “É preciso que se **difundam** boas práticas...” o termo em destaque pode ser substituído por **propalem**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

05. Julgue o item seguinte, com relação aos aspectos linguísticos do texto.

O fragmento do texto: “...os implantados em Copenhague, Paris, Barcelona, Bogotá, Boston e várias outras cidades mundiais” poderia ser reescrito da seguinte forma: “...os implantados em Copenhague, Paris, Barcelona, Bogotá, Boston, e várias outras cidades mundiais” sem prejuízo gramatical.

06. Julgue o item seguinte, com relação aos aspectos linguísticos do texto

O termo em destaque é índice de indeterminação do sujeito: “É preciso que **se** difundam boas práticas...”

07. Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o seguinte item.

O termo em destaque no trecho “**Por fim**, a mobilidade urbana também demanda calçadas confortáveis...” é uma locução adverbial que encerra uma ideia de conclusão, funcionando como conectivo em relação ao parágrafo anterior e pode ser substituída pelo advérbio de tempo: **finalmente**, mantendo-se o sentido.

08. Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do trecho, julgue o item seguinte.

“É preciso que se difundam boas práticas de transportes coletivos integrados **que** melhorem a qualidade dos ambientes urbanos” a função sintática do termo em destaque é de sujeito.

09. Em relação às ideias linguísticas do trecho, julgue o item seguinte.

“Só falta agora proibirem os memes”.

A impessoalidade presente na forma verbal “proibirem” seria incorreta caso fosse substituída por “proibir”.

10. Com relação à estrutura linguística do texto, julgue o seguinte item.

“Descobri a profissional à qual você se referiu”.

Mantendo-se a correção gramatical e o sentido do texto, a expressão “à qual” poderia ser substituída por **a qual**.

11. Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do trecho, julgue o item seguinte. Mantém-se a correção gramatical do período se “Informar ao Ministério da Saúde todas as ações que estão sendo implementadas pela administração nas áreas de saúde e assistência social, durante o período de combate ao novo Coronavírus” for reescrito da seguinte forma: Informar o Tribunal de Contas sobre todas as ações que estão sendo implementadas pela administração nas áreas de saúde e assistência social, durante o período de combate ao novo Coronavírus”

12. Julgue o item seguinte, com relação aos aspectos linguísticos do texto.

Em: “**Como** era minha primeira viagem longa, a despedida foi sofrida” a conjunção em destaque tem valor subordinativo causal.

13. Julgue o item que se segue, relativos às estruturas linguísticas do trecho.

Em: “Não deveriam ter-lhe ensinado errado”. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso se inserisse o pronome “lhe” imediatamente antes da forma verbal “ter”.

14. Julgue o item que se segue, relativos às estruturas linguísticas do trecho.

Em: “52% dos pesquisados pretendem comprar ovos de páscoa industriais” A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso a forma verbal ficasse no singular “pretende”.

15. Julgue o item que se segue, relativos às estruturas linguísticas do trecho.

Em: “Ainda que a investigação estivesse no início, as provas eram contundentes” O emprego do modo subjuntivo na forma verbal “estivesse” depende sintaticamente da presença da locução conjuntiva concessiva “Ainda que”.

INGLÊS

Andrea Belo

Texto para questões 16 a 20

The contradiction at the heart of the European Commission

The economist is fond of handy descriptions. Sometimes, we admit, they can be a bit obvious (“Xi Jinping, the president of China”; “Goldman Sachs, a bank”). Occasionally, they aim to amuse (“Homer Simpson, an American philosopher”, or “Popeye, a sailor man”). But coming up with one for the European Commission is distinctly tricky.

After all, the commission does a bit of everything. It is the closest thing the eu has to a government, putting forward legislation (which then has to be approved by the European Parliament and national ministers). It has the trappings of one, too: Ursula von der Leyen, its president, will give a state-of-the-union address in front of the Parliament later this month. At times the commission is a referee, ensuring both business and governments follow eu rules. Sometimes it is a broker, forging compromise between sparring member states. From the perspective of some national capitals, it is a civil service, following the agenda of the European Council, the club of eu leaders which settles the political direction of the bloc.

The Economist: Sept 3rd 2020

Based on the text above, judge the following items:

- 16. In the text, the expression “handy descriptions” is the same as “useful descriptions”
- 17. In line 3, the term “amuse” means “criticize”
- 18. In the second paragraph, “*the commission does a bit of everything*” is an evidence many things are done.
- 19. In the text, when they say "putting forward legislation" is the same as "to propose legislation"
- 20. Ursula Von Der Leyen will give a speech next month because she was late for the last one that occurred.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Guilherme Neves

- 21. A superstição segundo a qual jogar sal sobre o ombro esquerdo traz sorte ilustra uma relação equivocada entre uma causa e um efeito.
- 22. A pergunta complexa “Você parou de bater na sua mulher?” se baseia na pressuposição de que o interlocutor a quem essa pergunta se dirige não bate mais em sua mulher.
- 23. A seguinte situação é um exemplo de apelo popular: “Em um semáforo, um homem aborda um motorista e pede ajuda dizendo que perdeu tudo com a pandemia do Corona vírus”.
- 24. Você gosta muito das camisas da marca Coruja, pois elas têm uma durabilidade muito boa. Você está precisando comprar um terno novo e decide então comprar um da marca Coruja, pois a sua durabilidade também deve ser muito boa. O raciocínio adotado nessa situação é do tipo indutivo.
- 25. Não estão explicitamente declaradas duas premissas do argumento que embasa a seguinte afirmação: “Guilherme tirou nota vermelha. Logo, Guilherme será reprovado”.

ESTATÍSTICA

Guilherme Neves

- Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.
- 26. O valor de p que faz com que A e B sejam eventos independentes é igual ou superior a 0,5.

Uma amostra aleatória de tamanho 256 foi extraída aleatoriamente de uma população normal de tamanho infinito com variância conhecida e igual a 16. Quer-se testar a hipótese nula de que a média populacional é igual a 10, ou seja, $H_0: \mu = 10$ contra a hipótese alternativa $H_1: \mu \neq 10$ ao nível de significância α . A amostra indicou uma média de 10,55. Considerando que na curva normal padrão (Z) as probabilidades $P(Z > 1,96) = 0,025$ e $P(Z > 2,58) = 0,005$, julgue os itens a seguir.

27. A média amostral \bar{X} tem distribuição T de Student com 255 graus de liberdade.

28. O erro padrão da média amostral é igual a 0,25.

29. H_0 não é rejeitada para qualquer nível de significância inferior a 1%.

30. H_0 não é rejeitada ao nível de significância de 5%.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

Com relação aos diversos sistemas de amortização, julgue os itens a seguir:

31. No Sistema Francês de Amortização as prestações são constantes, com amortização crescente.

32. No Sistema de Amortização Constante, a segunda prestação anual, para um empréstimo de R\$ 80.000, a ser amortizado em 5 anos, com uma taxa de juros de 20% ao ano, é de R\$ 28.800,00.

33. Um indivíduo recebeu como herança um título perpétuo que paga R\$ 2.000 por trimestre. Esse indivíduo quer vender o título. Sabendo que a taxa de juros semestral, juros compostos, é de 44%, o valor presente de venda desse título é superior a R\$ 15.000,00.

34. Um título com o valor de R\$ 50.000 e 2 anos para o vencimento é descontado, no regime de juros compostos, com uma taxa de desconto comercial de 20% ao ano. O valor do desconto composto é inferior a R\$ 20.000.

35. Um empréstimo pós-fixado foi pago com uma taxa aparente de 23,20%. Sabendo-se que a taxa de inflação no período do empréstimo foi de 10%, a taxa de juros real foi superior a 10%.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens seguintes sobre o controle da administração pública.

36. Pelo princípio da juridicidade, o conceito de controle judicial acaba sendo ampliado, o que permite a anulação de um ato não só por violar leis, mas também por violar outros parâmetros, como as súmulas vinculantes editadas pelo STF.

37. O controle compulsório encontra como fundamento alguma norma que fixe um prazo para a sua realização, a exemplo do controle realizado nos processos de prestação de contas anual.

38. O TCU possui capacidade processual específica para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, podendo recorrer dos julgados do Poder Judiciário que reformem ou anulem as suas decisões administrativas.

39. Dada a natureza de ação de ressarcimento, é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas da União.

40. Após o decurso do prazo de cinco anos, desde a chegada do processo de registro de aposentadoria no TCU, haverá o registro tácito, decaindo o direito de anular o ato de concessão de aposentadoria.

41. Os tribunais de contas não têm competência para julgar as contas de gestão dos administradores públicos, competindo-lhes apenas a emissão de parecer prévio.

Sobre o Tribunal de Contas da União, julgue os itens a seguir.

42. O Ministério Público especial, que funciona junto ao TCU, não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão da Corte de Contas.

43. Caso o TCU julgue as contas do responsável regulares com ressalvas, será dada quitação ao responsável, com determinações.

44. A aplicação da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança compete ao Plenário ou às câmaras do TCU, mediante deliberação da maioria absoluta de cada colegiado.

45. Enquanto o recurso de reconsideração é cabível contra decisão definitiva nos processos de prestação ou tomada de contas, inclusive especial, o pedido de reexame é o recurso cabível contra decisão de mérito em processo concernente a ato sujeito a registro e à fiscalização de atos e contratos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas assertivas, a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, consoante o disposto na CF/88 e o entendimento jurisprudencial a respeito:

46. O Tribunal de Contas da União detém legitimidade para executar as multas decorrentes de acórdãos proferidos pela própria Corte de Contas.

47. Os Tribunais de Contas não podem determinar a adoção de medidas cautelares ou interferir em procedimentos administrativos, ainda que maculados por vícios ou irregularidades, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

48. Junto ao Tribunal de Contas da União atua um Ministério Público especializado, com estrutura própria e cujos cargos não podem ser preenchidos por membros do Ministério Público Federal.

No que toca direitos individuais e coletivos descritos na Constituição da República, julgue os itens subsequentes:

49. A omissão do Congresso Nacional em regulamentar as relações jurídicas decorrentes de medida provisória não convertida em lei não justifica a impetração do mandado de injunção.

50. Embora o TCU e o Ministério Público não estejam autorizados a decretar a quebra de sigilo bancário, tal regra é flexibilizada quando se trata de empréstimos concedidos com recursos públicos.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, julgue a próxima afirmação:

51. O Senado Federal detém competência privativa para, por meio de resolução, aprovar a indicação dos Ministros do Tribunal de Contas da União feita pelo Presidente da República, mas dependerá de sanção presidencial ao propor a remuneração de seus servidores.

No tocante ao processo legislativo descrito na CF/88, julgue a próxima afirmação:

52. Na delegação legislativa atípica, o Congresso Nacional, deverá, previamente, apreciar o projeto elaborado pelo Poder Executivo, em votação única, sendo vedada a inserção de qualquer emenda.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as bases doutrinárias e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal quanto ao controle da Administração, julgue os três itens que se seguem.

53. O legislador infraconstitucional pode criar modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente, desde que recorra à lei complementar.

54. Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, sob pena de haver o registro tácito do ato.

55. A decisão de uma Corte de Contas, enquanto órgão auxiliar, ao negar registro de admissão de pessoal, sujeita-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.

Tomando por base as regras aplicáveis ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), examine os dois próximos itens.

56. Diferentemente do que se observa no texto da Lei 8.666/1993, a vinculação ao instrumento convocatório não é princípio expresso na Lei 12.462/2011.

57. A administração pública poderá contratar mais de uma empresa para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala, quando a múltipla execução lhe for conveniente.

No que se refere à disciplina aplicável aos atos administrativos e agentes públicos, analise os dois itens a seguir.

58. **Situação hipotética:** José, então servidor público federal, faleceu no ano de 2020 em virtude de forte gripe diagnosticado como Covid-19, deixando uma pensão em favor de sua esposa, Maria, que também é servidora pública, aposentada, recebedora de proventos à conta do regime próprio de previdência social. **Assertiva:** O somatório dos proventos da pensão deixada por José e da aposentadoria de Maria não pode ser superior ao teto constitucional.

59. Resoluções consistem em atos administrativos expedidos por altas autoridades do Executivo a respeito de matéria de sua competência específica, geralmente possuindo teor ordinatório.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

60. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estabelecer Domício o seu respectivo proprietário.

61. Tem domicílio necessário o incapaz, mas não o servidor público.

62. Quando expressa, a renúncia da prescrição gera efeitos *erga omnes*.

63. Em um contrato, a cláusula resolutiva tácita não depende de interpelação judicial.

64. Desde que lícito, o ato que causa dano a terceiro não gera direito a indenização quando praticado com o fim de remover perigo iminente.

65. Uma praça pública é um bem público de uso especial.

66. Velará pelas fundações o Ministério Público Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Considerando os princípios previstos no Código de Processo Civil, julgue a assertiva abaixo:

67. O princípio do contraditório refere-se ao direito de prévia informação e possibilidade de reação da parte, além do poder de influência na formação do convencimento do magistrado. Por esse motivo, às partes deve ser disponibilizada sempre a oportunidade do contraditório prévio ao ato.

As condições da ação podem ser concebidas como filtros criados pelo legislador para impedir que demandas notoriamente inadmissíveis sejam propostas. Julgue os itens abaixo sobre o tema:

68. A doutrina e a jurisprudência admitem ação declaratória do conteúdo e de interpretação de cláusula contratual.

69. Para o Superior Tribunal de Justiça, as condições da ação podem ser analisadas a qualquer momento e em qualquer grau de jurisdição.

A sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução. Sobre o tema, julgue os itens:

70. Formulado pedido certo e determinado, autor e réu têm interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.

71. A sentença será considerada não fundamentada quando deixar de seguir enunciado de súmula e não demonstrar a existência da distinção no caso em julgamento.

Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue as assertivas abaixo:

72. Em uma ação de controle concentrado de constitucionalidade, os motivos da decisão também se tornam imutáveis e indiscutíveis.

73. Não é possível falar em flexibilização da coisa julgada material, ainda que o pedido tenha sido julgado improcedente por falta de prova.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 74 a 76

Situação hipotética: Tânia, servidora do TCU, ocupante de cargo em comissão, solicitou R\$ 100.000,00 a determinado gestor público, com o fim de procrastinar o andamento de determinada tomada de contas. O gestor não pagou a quantia, comunicando o fato ao Ministério Público, que ofereceu denúncia em desfavor de Tânia. No curso do processo criminal contra ela instaurado, Pablo, subordinado de Tânia, foi arrolado como testemunha pelo Ministério Público. Jonas, marido de Tânia, enviou um e-mail a Pablo ameaçando-o gravemente, exigindo que este não prestasse depoimento contra sua esposa Tânia.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

74. Assertiva: Tânia deverá responder pelo crime de corrupção passiva tentada.

75. Assertiva: a pena imposta a Tânia será aumentada de um terço por ser ela ocupante de cargo em comissão na administração direta.

76. Assertiva: Jonas deverá responder pelos crimes de coação no curso do processo e ameaça.

77. A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente, ainda que sua vigência seja posterior à cessação da permanência, conforme entendimento sumulado do STF.

78. Situação hipotética: Após uma calorosa discussão por conta de uma caneca de cerveja, Tiago, brasileiro, agrediu fisicamente o alemão Hans, durante os festejos da Oktoberfest em Munique, Alemanha.

Assertiva: nesse caso, será possível a aplicação da lei penal brasileira, se preenchidas algumas condições, pelo princípio da nacionalidade ativa.

79. A coação moral irresistível é causa de exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa, ao passo que a coação física irresistível exclui o fato típico.

80. Constitui crime contra a fé pública a conduta de ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL**Tonyvan Oliveira**

81. Com relação à amostragem de auditoria, julgue o item a seguir.

A amostragem estatística utiliza seleção dos elementos para a análise ocorre de forma não aleatória e segundo critérios definidos caso a caso. A amostragem não estatística possibilita a realização de inferências, induções ou estimativas sobre um universo, de forma a permitir a extrapolação ou a generalização para o todo de resultados obtidos a partir do estudo da amostra.

82. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características similares. Nesse contexto, o objetivo da estratificação é aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.

83. Julgue o item a seguir sobre os tipos de auditoria do setor público.

Auditoria de regularidade emprega ampla seleção de métodos de avaliação e investigação de diferentes áreas do conhecimento, em especial das ciências sociais e requer do auditor flexibilidade, imaginação e capacidade analítica. A auditoria operacional adota padrões relativamente fixos e conclusões expressas sob a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre os demonstrativos financeiros

84. Auditoria operacional é o exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública. Na seleção da área temática e do objetivo a ser avaliado na Auditoria Operacional, deve-se considerar sua contribuição para a melhoria do funcionamento da Administração Pública. Entre os critérios técnicos a serem considerados, destacamos a materialidade como principal critério de seleção, por meio de sua contribuição para a avaliação e a melhoria da gestão pública.

85. O planejamento dos trabalhos de auditoria prevê a definição do escopo e a seleção de amostras nos testes de auditoria, tendo em vista a impossibilidade de serem verificadas todas as transações e informações geradas pela empresa auditada. Nesse contexto, a definição do escopo durante o planejamento dos exames a serem efetuados durante todas as fases da auditoria é fundamental para delimitar a sua base opinativa e que não crie expectativas indevidas junto ao cliente.

86. A partir do conhecimento construído durante a análise preliminar do objeto de auditoria, a equipe deverá definir o objetivo da auditoria por meio da especificação do problema e das questões de auditoria que serão investigadas. O objetivo deve esclarecer também as razões que levaram a equipe a sugerir um determinado tema e enfoque, caso estes não tenham sido previamente definidos na deliberação que determinou a realização da auditoria. Nesse contexto, o elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a adotar e dos resultados que se pretende atingir é denominado escopo da auditoria.

87. O atributo das evidências de auditoria baseado em informações precisas e confiáveis para convencer o gestor público de que os achados, as conclusões, as recomendações e as determinações da auditoria estão bem fundamentados denomina-se confiabilidade.

88. Um dos procedimentos de auditoria utilizados nos trabalhos de auditoria governamental é a revisão analítica, que consiste em um conjunto de procedimentos com o objetivo de identificar áreas prioritárias ou que devem concentrar maiores esforços do auditor. Entre as características desse conjunto de procedimentos, destaca-se a utilização de índices econômico-financeiros.

89. Procedimentos de avaliação de riscos são os procedimentos de auditoria aplicados para a obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o controle interno da entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, nos níveis das demonstrações contábeis e das afirmações. Segundo as normas vigentes de auditoria, os procedimentos de avaliação de riscos por si só são capazes de fornecer evidências de auditoria apropriada e suficiente para suportar a opinião de auditoria.

90. O auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de riscos para fornecer uma base para a identificação e avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e nas afirmações. Nos termos da NBC TA 315(R1), são exemplos de procedimentos de avaliação de risco que podem ser aplicados: a observação e a reexecução.

94. O uso prático de data mining envolve o emprego de processos, ferramentas, técnicas e métodos matemáticos. Uma dessas técnicas, a associação, possui a capacidade de mapear valores associados em valores reais.

95. Na análise dos dados de um sistema com o apoio de uma ferramenta OLAP, quando uma informação passa de uma dimensão para outra, inexistindo hierarquia entre elas, ocorre uma operação drill across.

96. O paralelismo, característica desejável de uma ferramenta de ETL, oferece suporte às operações de vários segmentos e a execução de código executável de forma paralela. Em se tratando de exploração de grandes volumes de dados, um algoritmo para processo paralelo e distribuído utilizado é o MapReduce, tendo como principal ferramenta de suporte o Apache Hadoop.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

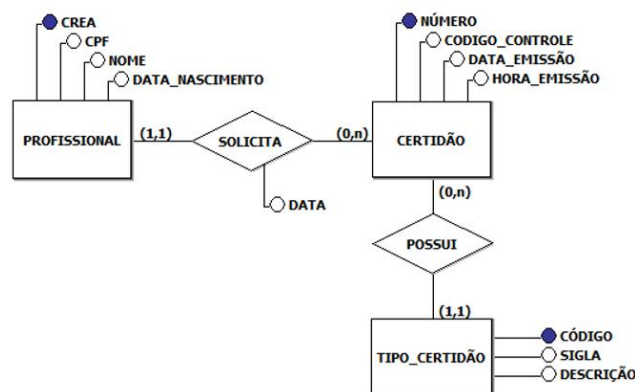
ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

Raphael Lacerda

91. Relações ou tabelas, linguagem de consulta e restrições de integridade para manter consistência de dados fazem parte da estrutura de um banco de dados relacional.

92. Em um banco de dados, a restrição de domínio garante que uma chave estrangeira de uma relação coincida com a chave primária de sua tabela-pai.

93. Empresas de publicidade como Google, Instagram e Facebook, devido à grande quantidade de dados armazenada sobre seus usuários, empregam o uso de data mining para atividades ligadas a marketing.



97. O relacionamento entre TIPO_CERTIDAO e PROFISSIONAL é de N:N

98. O atributo CPF é do tipo identificador.

99 - Um profissional pode solicitar no mínimo uma e no máximo uma certidão.

Dados Abertos são dados que são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Na prática, a filosofia de dados abertos estipula algumas restrições tecnológicas para que os dados sejam legíveis por máquina.

Fonte: <http://www.dados.gov.br/pagina/faq#q2>

100. As chamadas três “leis” dos dados abertos não são leis no sentido literal, promulgadas por algum Estado, todavia são premissas para um dado ser considerado aberto.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E DA REGULAÇÃO

Celso Natale

101. Em um mercado de concorrência monopolística, com a livre entrada e livre saída de empresas no mercado, o lucro de longo prazo pode ser positivo ou negativo.

102. O mercado competitivo é caracterizado pelo fato de que os produtores e os consumidores são sempre tomadores de preço.

103. Uma empresa atua em concorrência perfeita com preço igual a 1000 e custo total dado por $CT=q^2 + 10000$ (sendo q a quantidade produzida). Julgue o item subsequente.

A quantidade que será produzida pela empresa será igual a 500.

104. Uma empresa atua em concorrência perfeita com preço igual a 1000 e custo total dado por $CT=q^2 + 10000$ (sendo q a quantidade produzida). Julgue o item subsequente.

O custo médio será igual a 520.

105. Uma empresa em concorrência perfeita maximiza lucros quando iguala seu custo marginal ao preço de mercado de seu produto.

106. A fixação não linear de preços, ou seja, quando o preço da unidade produzida depende da quantidade adquirida pelo consumidor, é uma forma de definir discriminação de preços de 2º grau.

107. De acordo com a regra de mark-up, quanto mais preço-elástica for a curva de demanda do mercado, menor será o poder de mercado do monopolista.

108. O monopsonio é caracterizado pelo mercado produtor quando há apenas uma empresa produzindo certo bem ou serviço, que define o preço ou a quantidade.

109. O Programa Mais Médicos é uma iniciativa do governo federal que visa ao fortalecimento da atenção básica do país; assim, sua execução possibilita ao governo cumprir a função econômica estabilizadora.

110. Bens meritórios, como, por exemplo, a educação e a saúde, não podem ser providos pelo setor privado, uma vez que são exclusivos, então o Estado produz esses bens.

111. Considere, em uma economia, as seguintes funções: $C = 500 + 0,7Y_d$; $I = 20 + 0,1Y$; $G = 1.000$; $X = 150$; $M = 100 + 0,06Y$; $T = 60 + 0,2Y$, em que C representa o consumo das famílias; Y_d , a renda disponível; I , o investimento; Y , o produto; G , os gastos do governo; T , a tributação; X , a exportação de bens e serviços não fatores; e M , a importação de bens e serviços não fatores. A partir dessas informações, julgue o item subsequente considerando que os valores das funções são expressos em unidades monetárias (u.m.).

Nessa situação, em um modelo keynesiano simples, a renda de equilíbrio será inferior a 5.000 u.m.

112. Considere, em uma economia, as seguintes funções: $C = 500 + 0,7Y_d$; $I = 20 + 0,1Y$; $G = 1.000$; $X = 150$; $M = 100 + 0,06Y$; $T = 60 + 0,2Y$, em que C representa o consumo das famílias; Y_d , a renda disponível; I , o investimento; Y , o produto; G , os gastos do governo; T , a tributação; X , a exportação de bens e serviços não fatores; e M , a importação de bens e serviços não fatores. A partir dessas informações, julgue o item subsequente considerando que os valores das funções são expressos em unidades monetárias (u.m.).

Nessa situação, em um modelo keynesiano simples, a renda disponível será igual a 4000.

113. Considere, em uma economia, as seguintes funções: $C = 500 + 0,7Y_d$; $I = 20 + 0,1Y$; $G = 1.000$; $X = 150$; $M = 100 + 0,06Y$; $T = 60 + 0,2Y$, em que C representa o consumo das famílias; Y_d , a renda disponível; I , o investimento; Y , o produto; G , os gastos do governo; T , a tributação; X , a exportação de bens e serviços não fatores; e M , a importação de bens e serviços não fatores. A partir dessas informações, julgue o item subsequente considerando que os valores das funções são expressos em unidades monetárias (u.m.).

Nessa situação, o valor dos investimentos será igual a 402.

114. As formas de regulação incentivada incluem aquelas que se baseiam no controle das tarifas - esquemas regulatórios do tipo sliding scale, price cap e regulação por padrão de qualidade - excluindo, pois, a regulação por taxa de retorno.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

115. Determinada sociedade anônima contratou um aluguel de um galpão com vigência de quatro anos, e pagou integralmente o valor de 24.000,00 correspondente ao período do aluguel no ato da contratação.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

O pagamento antecipado configura um fato permutativo e quando do reconhecimento da despesa ocorrerá um fato modificativo.

116. Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual (R2), julgue o item abaixo

Para que um direito possa atender à definição de recurso econômico e, portanto, possa ser um ativo, a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos deve ser alta.

117. No que se refere a avaliação e mensuração dos itens do ativo imobilizado, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Uma empresa adquiriu o equipamento industrial X, com vida útil estimada de 5 anos e capacidade de processamento de cem mil de peças Y, custou R\$ 700 mil e apresentou a produtividade de 10 mil peças no primeiro ano e 15 mil peças no segundo ano. No final do primeiro trimestre do terceiro ano de utilização de X, quando já haviam sido produzidas mais 5 mil peças, a empresa resolveu substituir esse equipamento por um mais moderno, tendo realizado a venda de X por R\$ 400 mil. A depreciação de X foi calculada pelo método das unidades produzidas.

Assertiva: Nessa situação, a empresa realizou uma perda com a baixa de X.

118. Julgue o seguinte item, relativo à reavaliação de ativos.

Quando a reavaliação resultar em aumento do valor contábil do ativo, a contrapartida desse aumento deverá ser reconhecida em conta do patrimônio líquido exceto se tiver perdas anteriores contabilizadas.

119. Com relação ao controle de estoques, julgue o próximo item.

Na compra de mercadorias pelo sistema de inventário periódico, devem-se lançar estoques de mercadorias e ICMS a débito e, em contrapartida, fornecedores ou caixa a crédito.

120. O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Após cinco anos de uso, foi realizada a venda de mercadorias pelo valor de R\$ 600.000, para recebimento após um ano da data da venda. A empresa considera que 8,0 % a.a. é uma taxa de juros livre de riscos adequada para mensurar o ajuste em valor presente. Nessa situação, no momento da venda, o ajuste em valor presente é igual a R\$ 48.000.

121. No item a seguir é apresentada uma situação hipotética acerca do processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação, seguida de uma assertiva a ser julgada.

A investidora Bahia possui 60% de participação na investida Vitória. Durante o exercício 20X1, a empresa investidora Bahia adquiriu \$ 1.000.000,00 de mercadorias da investida, com custo de \$ 600.000,00. Ao final de 20X1, a investidora Bahia apurou a venda de 30% das mercadorias adquiridas da investida, com custo de \$ 250.000,00. Nesse mesmo período, a investida Vitória apurou lucro no valor de \$ 500.000,00.

Assertiva: A investidora deverá fazer o seguinte lançamento para reconhecimento do resultado com equivalência.

D – Participação investida Vitória

C - Resultado com equivalência patrimonial 20.000,00

122. Com relação ao passivo das entidades, julgue o item a seguir, de acordo com a legislação vigente.

As provisões são passivos de prazos ou valores incertos que para serem reconhecidas, além de serem dívidas presentes devem ser provável que haja a saída de recursos e terem o valor mensurado com segurança. Caso não seja provável que haja a saída de recursos ou não seja possível mensurar com segurança, haverá um passivo contingente que não deve ser reconhecido no balanço, embora seja necessário divulgações em notas explicativas.

123. Julgue o item a seguir, com relação aos fatos descritos e seus efeitos nas demonstrações contábeis, elaboradas conforme a Lei n.º 6.404/1976 (e alterações posteriores) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para propriedades para investimento mensuradas ao valor justo, as alterações no seu valor justo devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio líquido exceto quando houver saldo de reserva de reavaliação.

124. Com relação ao valor justo, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir

A utilização de conversão de fluxos de caixa futuros a valor presente, por meio de taxas de desconto, é compatível com a técnica de avaliação abordagem de custo.

125. No que se refere à elaboração de diversas demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

O valor dos dividendos distribuídos aos proprietários a cada período e o valor do dividendo distribuído por ação podem ser evidenciados no balanço patrimonial, na demonstração de mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

126. Tendo como referência a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir, relativo à elaboração de demonstrações contábeis.

Na demonstração de resultado, as despesas podem ser apresentadas de acordo com a função ou de acordo com a natureza. As empresas que apresentam de acordo com a natureza estão obrigadas a evidenciar a função das despesas.

127. Julgue o item, relativo a demonstrações financeiras, seu conteúdo e sua apresentação.

Em se tratando de empresa que utilize o método indireto na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, a redução no ativo operacional, de um período para outro, deve ser adicionado ao resultado do período, haja vista que representa uma geração de caixa e equivalentes.

128. No que concerne a demonstrações contábeis, julgue o item seguinte.

Na segunda parte da demonstração do valor adicionado, em que são apresentadas as destinações da riqueza obtida pela entidade, um dos componentes desse grupo é a despesa com equivalência patrimonial, incluída no item remuneração de capital de terceiros.

129. Julgue o item a seguir, com relação aos fatos descritos e seus efeitos nas demonstrações contábeis, elaboradas conforme a Lei n.º 6.404/1976 (e alterações posteriores) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os ganhos ou perdas com instrumentos de hedge de valor justo que tenham sido reconhecidos no balanço patrimonial de determinado exercício devem ser evidenciados na demonstração do resultado abrangente.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Júlio Cardozo

A empresa Guarapari S/A figura como arrendatária em um contrato de arrendamento de uma aeronave que possui valor atual de R\$ 20 milhões, com opção de compra ao final do contrato. Os pagamentos serão feitos semestralmente durante o prazo de 8 anos. As aeronaves são de controle da Guarapari S.A. e foram projetadas conforme as solicitações dessa empresa, para que pudessem ser feitos transportes de executivos da empresa.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir, de acordo com a legislação vigente.

130. O reconhecimento inicial do arrendamento pela Guarapari S/A não gerará impacto nos seus indicadores de liquidez, pois o ativo objeto de arrendamento não será reconhecido em suas demonstrações contábeis.

Com relação aos conceitos de análise das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

131. A Cia ABCD S/A efetuou compra à vista de R\$ 120.000,00 em mercadorias para revenda no curto prazo. Podemos inferir que houve diminuição de sua liquidez imediata, bem como de sua liquidez corrente nessa operação.

A reclassificação de itens patrimoniais pode alterar os indicadores econômico-financeiros utilizados pelos usuários das demonstrações contábeis. Com base nessa afirmação, julgue os itens a seguir.

132. A empresa ACME S/A reclassificou um terreno que possuía valor contábil R\$ 4.000.000,00 do subgrupo investimentos para o subgrupo imobilizado, após definir que o mesmo será utilizado como sede administrativa. Nesse caso, podemos afirmar que essa reclassificação não provocou alterações no índice de liquidez geral da entidade.

A tabela a seguir mostra os saldos, em valores absolutos, de todas as contas que compõem o balanço patrimonial da empresa Cariacica S/A.

Contas	Saldos (mil R\$)
amortização acumulada	80
aplicações financeiras de liquidez imediata	40
bancos	120
capital social	600
contas a pagar	40
contas a receber	120
depreciação acumulada	120
encargos a transcorrer de financiamento de longo prazo	40
estoques	200
financiamento de longo prazo	240
fornecedores	120
impostos a recolher	40
máquinas e equipamentos	400
marcas e patentes	320
prejuízo acumulado	40
provisões para contingências	40

Tendo como referência a tabela mostrada, julgue os itens que se seguem, a respeito das contas patrimoniais e da análise econômico-financeira da referida empresa comercial.

133. O índice de liquidez seca é superior a 1,10.

134. O total do ativo circulante dessa empresa é superior a R\$ 500 mil.

135. Ao analisarmos o perfil da dívida dessa empresa, concluímos que menos de 55% de suas dívidas são de curto prazo.

136. Ao analisar as demonstrações contábeis da empresa Guarapari S/A, o contador Julinho encontrou R\$ 400.000 em passivos circulantes e perfil da dívida de 80%. Além disso, constatou que a relação entre as fontes de recursos é igual a 1,0. Nesse caso, o montante de recursos totais à disposição da entidade é, em reais, é de R\$ 1.000.000,00

A empresa ACME S/A recebeu um aviso que o cliente Juquinha da Silva, que possuía uma dívida de R\$ 100.000,00, se tornou incobrável. O setor financeiro da empresa ACME não havia estimado essa perda, portanto, não constituiu perdas estimadas com clientes que suportassem esse valor.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

137. O reconhecimento da perda com clientes incobráveis, no caso apresentado, provoca efeitos na rotação dos ativos da empresa ACME e também afeta sua margem operacional.

Com relação aos conceitos de análise das demonstrações contábeis envolvendo retorno sobre o capital empregado e análise da lucratividade, julgue os itens que se seguem.

138. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido é um indicador cujo cálculo relaciona o lucro, extraído da demonstração do resultado do exercício, com componentes extraídos do balanço patrimonial, como o patrimônio líquido. Trata-se de um índice que evidencia os resultados da gestão dos recursos próprios e de terceiros, em benefícios de acionistas.

139. Uma empresa pode ter retorno sobre o patrimônio positivo, ainda que os custos e as despesas sejam maiores que as receitas.

A empresa Super Max S/A apurou as seguintes informações, junto ao seu setor financeiro:

Margem operacional de lucro: 30%;

Rentabilidade dos investimentos: 60%;

Rotação do ativo: 2 vezes.

Com base nas informações apresentadas, julgue o item a seguir.

140. Se rotação do ativo da empresa Super Max S/A tiver uma queda de 25%, a rentabilidade dos investimentos deverá ser igual a 40%, para que a margem de lucro não seja alterada.

Julgue o item abaixo, relativo ao EBITDA (earnings before interest, tax, depreciation and amortization).

141. O índice de desempenho financeiro EBITDA, utilizado na análise financeira de empresas, representa o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de uma empresa em determinado período, sendo assim, um dos índices mais importantes da análise financeira.

A respeito da análise de liquidez e de solvência de empresas, julgue os seguintes itens.

A empresa Vendas Fast S/A apresentou as seguintes informações extraídas do seu setor financeiro, ao longo de 2020.

- Custo das Mercadorias Vendidas = 360.000
- Estoque Inicial de Mercadorias = 10.000
- Estoque Final de Mercadorias = 30.000

142. Ao analisarmos essas informações, apuramos que o prazo médio de rotação dos estoques da empresa Vendas Fast é inferior a 30 dias.

143. Se o grau de alavancagem financeira da empresa Vendas Fast S/A no ano de 2020 for igual a 1,27, isso significa que o retorno para os acionistas é 27% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente pelo capital de terceiros.

144. Se o grau de imobilização de recursos não correntes da empresa Vendas Fast S/A apresentar valor inferior a 1,0, pode-se concluir que uma parcela dos recursos da empresa aplicados em investimentos de caráter permanente é financiada por dívidas de curto prazo.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Luciano Rosa

145. Em uma empresa industrial, a depreciação de um equipamento é uma despesa, independente de ser utilizado na administração ou na fábrica.

146. Na empresa industrial “Coruja Na Toca Ltda”, cuja política de pagamentos estabelece que as compras sejam pagas com trinta dias contados a partir da data da aquisição, a matéria-prima representa um custo, no momento em que é adquirida pela empresa, um desembolso, no momento em que é paga, e uma despesa, ao ser consumida no processo produtivo.

147. Os custos indiretos são aqueles gastos que necessitam de um critério de rateio, pois não são facilmente identificáveis. São exemplos de custos indiretos o aluguel da fábrica, a depreciação de equipamentos e a manutenção da fábrica.

148. A empresa Corujão Ltda apurou os seguintes custos, para um determinado trimestre:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3
Aluguel da fábrica	30.000	30.000	30.000
Conta de telefone da fábrica	1.530	1.530	1.450
Matéria prima utilizada na produção	53.000	55.000	62.000

O aluguel da fábrica e a conta de telefone da fábrica são custos fixos; a matéria prima é custo variável.

149. Custo da produção acabada e custo de produção do período são conceitos distintos, mas podem apresentar valores iguais na apuração de custos de determinado período.

150. Custo de fabricação é equivalente à soma dos seguintes custos: custo primário e custos de conversão.

151. A empresa Coruja Voadora Ltda apresentou a seguinte relação parcial de valores:

Custo primário	120.000
Embalagens usadas na produção	12.000
Mão de obra direta	54.000
Custos de transformação	88.000

Considerando apenas estas informações, o custo total de fabricação é de \$ 166.000.

152. A empresa KLS Industrial iniciou, em determinado período, ao produção de 110.000 unidades, concluindo 90.000 unidades. As unidades em elaboração estavam com nível de acabamento de 50%. A empresa apurou um custo de produção total, no período, de \$ 242.000.

Com base nas informações acima, o custo unitário de cada unidade acabada é de \$ 2,42.

153. A empresa Corujinha Ltda, no último período, trabalhou 100.000 unidades de seu único produto, concluindo 80% delas. As unidades não concluídas estavam 90% acabadas do ponto de vista dos custos de matérias-primas e 50% acabadas do ponto de vista dos custos de conversão. A empresa apurou custos unitários de \$ 15,00 com matéria-prima direta, \$ 6,00 com mão de obra direta e \$ 20,00 com custos indiretos gerados na produção.

Nessa situação hipotética, o valor do estoque final de produto semiacabado foi inferior a \$500.000,00.

154. A empresa “Fiquemcasa Ltda”, que produz um único produto, apresentou a tabela a seguir, com valores em reais, evidenciando a sua estrutura de custos, despesas e preços.

Custos variáveis totais por unidade	15
Custos fixos totais	100.000
Despesas fixas totais	50.000
Despesas variáveis totais por unidade (todas relacionadas ao processo de venda.)	7
Preço de venda	40

Em determinado período, a empresa produziu 25.000 unidades do produto e vendeu 20.000 unidades, não havendo estoques finais de produtos em processo nem estoques iniciais de qualquer espécie.

Considerando a tabela e as informações anteriormente apresentadas, julgue o item.

De acordo com a legislação societária, o montante do estoque final de mercadorias foi superior a R\$ 90.000.

155. Os dados apresentados na tabela a seguir, com valores em reais, referem-se a uma empresa industrial que utiliza o método de custeio por absorção.

Custo de fabricação no período	1.600.000
Estoque inicial de produtos em elaboração	200.000
Estoque final de produtos em elaboração	350.000
Custo dos produtos vendidos	780.000

Nesse caso, o custo da produção acabada, no período, é igual a R\$ 1.450.000,00.

156. A empresa LSR Ltda, que adota o custeio por absorção, aplicou R\$ 75.000,00 de matéria-prima, R\$ 25.000,00 de mão de obra direta e R\$ 50.000,00 de custos indiretos de fabricação em sua produção do mês de setembro de 2019. O saldo inicial dos estoques de produtos em elaboração do referido mês foi de R\$ 180.000,00 e a fábrica não possuía estoque de produtos acabados no início do mês. Considerando que a fábrica vende seu único produto por R\$ 50,00 a unidade e que foi vendida a produção total de 6.000 unidades, julgue o item que se segue. Se o lucro bruto for de R\$ 40.000,00, o estoque final de produtos em elaboração será igual a R\$ 60.000,00.

157. O método do custeio por absorção, que integra os custos fixos ao estoque, diferencia-se do método do custeio variável, que reconhece os custos fixos como despesa do período, devido ao tratamento dado aos custos fixos; no entanto, os lucros apurados por esses métodos para um mesmo período não podem coincidir.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários, julgue as assertivas a seguir:

158. Diferentemente da Contabilidade Societária em que as receitas são reconhecidas no momento do fato gerador, as receitas orçamentárias no setor público são reconhecidas no momento da arrecadação.

159. Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços são ações do tipo atividades, dentro da estrutura programática da despesa.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e dos Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

160. Os procedimentos contábeis aplicáveis ao Teste de Recuperabilidade, à Redução dos Estoques ao Valor Realizável Líquido e às Provisões são aplicações lógicas do Princípio da Prudência.

Acerca da NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue a assertiva abaixo:

161. O valor em uso é apropriado quando for menor do que o custo de reposição e maior do que o seu preço líquido de venda.

Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual, as bases de mensuração podem fornecer valores de entrada e valores de saída. Acerca do assunto, julgue o item a seguir:

162. Enquanto o custo de liberação é uma base de mensuração a valor de entrada, o preço presumido é uma base de mensuração a valor de saída.

163. Situação hipotética: Uma entidade do setor público contraiu um empréstimo do Banco Mundial em janeiro de 20X1 para financiamento de determinado programa governamental no valor de US\$ 100.000,00, câmbio de R\$ 5,00. Em dezembro de 20X1, na data de levantamento do balanço patrimonial, a taxa de câmbio vigente era de R\$ 5,50.

Assertiva: Nesse caso, o Setor de Contabilidade da entidade deverá registrar uma variação patrimonial diminutiva em decorrência do aumento do endividamento.

164. Ativos mantidos para venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda são classificados como Estoques, nos termos da NBC TSP 04 – Estoques.

| Prorrogado o prazo de negociações da dívida ativa da União

10 DE SETEMBRO DE 2020, 10:12

ECONOMIA

RIO DE JANEIRO

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorrogou novamente, dessa vez até o próximo dia 30, os prazos de ingresso nas modalidades de transação por adesão e de transação extraordinária para débitos inscritos em dívida ativa. Os devedores que aderirem à transação extraordinária não terão descontos no pagamento das dívidas, mas poderão parcelar a entrada, referente a 1% do valor total dos débitos, em até três meses.

Fonte: <https://avozdacidade.com/wp/prorrogado-o-prazo-de-negociacoes-da-divida-ativa-da-uniao/>

Acesso em: 10/09/2020

Acerca da dívida ativa, julgue os itens a seguir:

165. No âmbito federal, a competência para a gestão administrativa e judicial da dívida ativa é da Advocacia Geral da União (AGU), sendo a dívida ativa tributária gerida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais geridas pela Procuradoria-Geral Federal.

166. Todo o controle da dívida ativa é realizado por meio das classes 7 – Controles Credores e 8 – Controles Devedores no âmbito do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), no âmbito da natureza de informação de controle.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

167. No balanço patrimonial, segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, estarão demonstrados os ativos financeiro e permanente, os passivos financeiro e permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação. Nesse sentido, caso o passivo real seja superior ao ativo real, há configuração de um saldo patrimonial denominado de passivo a descoberto.

168. Determinado ente público apresentou parte do seu balanço patrimonial do exercício X1, a fim de atender as conformidades aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nesse

sentido, considere o rol de contas apresentadas abaixo:

Descrição das Contas	Saldo R\$
Impostos a Compensar	R\$ 3.500,00
Faturamentos a Receber	R\$ 6.500,00
Estoques	R\$ 2.200,00
Aplicações Financeiras	R\$ 3.200,00
Caixa	R\$ 2.700,00
Dívida Ativa	R\$ 4.500,00
Banco conta Movimento	R\$ 3.800,00
Adiantamento Salário-Família	R\$ 3.500,00
Bens Imóveis	R\$ 4.000,00

De posse das informações acima descritas, pode-se afirmar que todas as contas descritas possuem natureza devedora e representam ativos do ente público.

Descrição das rubricas	Saldos (R\$)
Pessoal e Encargos	R\$ 80.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 60.000,00
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 45.000,00
Exploração e Venda de Bens	R\$ 55.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 35.000,00
Consumo de Capital Fixo	R\$ 25.000,00

169. As informações acima foram extraídas de um Ente Federado e representam as variações patrimoniais ocorridos no Ente. Com base nessas informações, é correto afirmar que o resultado patrimonial do exercício financeiro de X1 apresentou-se superávitário em R\$ 25.000,00.

AFO

Luciana Marinho

170. No tocante ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, julgue o item que se segue:

Sendo órgão central do processo orçamentário, cabe a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) estabelecer diretrizes setoriais para elaboração e alterações orçamentárias.

171. Em relação às técnicas orçamentárias, julgue o item a seguir:

Na classificação funcional da despesa recomenda-se avaliar e autorizar as despesas por funções, de modo que as dotações fossem focadas no objetivo, na finalidade do gasto público.

172. Em relação as técnicas orçamentárias aplicadas ao processo orçamentário, julgue o item que se segue:

O orçamento-programa representou um avanço em relação ao seu antecessor, orçamento funcional, uma vez que a característica de ser uma classificação funcional-programática alcançou a integração entre planejamento e orçamento. Ademais, por se basear em indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das ações governamentais, o orçamento-programa objetiva alcançar resultados sociais e econômicos.

173. No tocante às técnicas orçamentárias, julgue o item a seguir:

O Orçamento-programa objetiva vincular planos operacionais a planos estratégicos, sem necessariamente importar em análise de resultados pelo gestor, pois esta tem sua obrigatoriedade atrelada à dispositivos legais.

174. Segundo preceitua a Constituição Federal, integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício financeiro subsequente, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos, a exemplo das obras em andamento, que serão alocados na lei orçamentária anual.

175. A Lei Orçamentária Anual determina que, a cada exercício financeiro, deverá prever as receitas precedentemente à fixação das despesas, entretanto, a LOA também poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, em casos de necessidade de especificação dos investimentos plurianuais e das obras em andamento, com intuito de melhor planejar a conclusão de obras já iniciadas.

176. No tocante aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue o item que se segue.

O orçamento de uma empresa controlada pela União, e não dependente de recurso do Tesouro para custeio de suas atividades, quando compatível com PPA, tem, entre suas funções, reduzir desigualdades entre as regiões do País. Para cumprir tal finalidade, fará uso de critério populacional.

177. Em relação ao ciclo orçamentário brasileiro, julgue o item que se segue:

A comissão mista de orçamento, formada por deputados e senadores, tem competências a serem cumpridas na segunda fase do ciclo orçamentário, como as de examinar e emitir parecer prévio sobre os projetos relativos ao PPA, LDO, LOA, créditos adicionais. Assim como, na terceira fase do ciclo, cabe à CMO exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária. Será atribuição da quarta etapa examinar e emitir parecer prévio das contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

178. Em relação ao ciclo orçamentário brasileiro, julgue o item que se segue:

A modificação de um projeto de LOA poderá ser feita por mensagem presidencial ou por emenda parlamentar. No primeiro caso, a data limite para o chefe do Poder Executivo enviar mensagem ao Congresso Nacional alterando o projeto relativo ao PLOA se encerra com o início da apreciação, na comissão mista, da parte para a qual se propõe alteração. No segundo caso, para ser aprovada uma emenda, além de ser compatível com o PPA e a LDO, deverá indicar a fonte de recurso necessário ao cumprimento do respectivo objeto, admitindo-se recursos provenientes de anulação de despesa.

179. Em relação ao ciclo orçamentário, julgue o item que se segue:

Quando algum parlamentar propõe uma emenda ao projeto de LOA, sua aprovação será obrigatória dentro do limite de 1,2% da RCL que foi prevista no projeto. Tal obrigatoriedade também vincula a metade deste percentual para ações e serviços públicos ligados à saúde. Quando aprovada, a emenda desse parlamentar terá de ser obrigatoriamente realizada pelo o poder executivo, no percentual de 1,2% RCL do exercício anterior.

180. Em relação ao ciclo orçamentário, julgue o item que se segue:

A Constituição Federal possibilita que as emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual da União tenham seus

recursos alocados nos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de transferência especial, e, neste caso, serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar, entretanto, o produto da transferência pertencem diretamente ao ente que recebe os valores.

181. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir:

Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para contratação e aditamento de operações de crédito.

182. Em relação aos créditos adicionais, julgue o item que se segue:

Os créditos extraordinários e especiais, em regra, não poderão ter vigência superior ao exercício em que forem autorizados. Entretanto, tal demanda comporta exceção em caso de autorização promulgada nos últimos quatro meses para encerrar o exercício, pois, nestes casos, poderão ser reabertos nos limites dos seus saldos, e viger até o término do exercício financeiro subsequente, representando, portanto, exceção ao princípio da exclusividade.

183. O princípio da proibição do estorno veda a qualquer gestor público transpor, remanejar ou transferir recursos sem autorização do legislativo. Será exceção ao princípio os casos de sub-repasse de recursos dentro do ministério da educação.

184. No tocante à LRF, julgue o item a seguir:

A atualização monetária dos juros da dívida mobiliária refinanciada não poderá ser inferior a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

185. No tocante à LRF, julgue o item a seguir:

A mensagem que encaminhar o projeto da LDO apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício a que se referir e os dois exercícios subsequentes.

186. Em relação aos princípios orçamentários trazidos pela Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue:

O princípio da exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, entretanto, ressalva-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

187. A finalidade do controle como função administrativa é o de coibir comportamentos indesejáveis e subsidiar os processos disciplinares administrativos, buscando a suspensão e eventual demissão dos servidores faltosos.

188. A liderança exercida em função do poder coercitivo é identificada pela capacidade do líder de punir através de castigos seus liderados.

189. Liderança transacional é aquela onde o líder define as metas que devem ser alcançadas e promete os “prêmios” caso os objetivos sejam atingidos.

190. No diagnóstico estratégico, a análise externa busca perceber quais são os pontos fortes e pontos fracos da organização em comparação com seus pares.

191. A dominação racional-legal, base da burocracia, está associada à obediência a uma série de normas e regulamentos.

192. O Estado que buscou passar mais funções à iniciativa privada – de certa forma deixar de ser executor para regulador da atividade econômica – chamamos de Estado Regulador.

193. O processo de privatizações foi iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso, dentro de uma lógica gerencialista e de crise fiscal dos anos 90.

194. As políticas regulatórias são as políticas que definem as “regras do jogo”, ou seja, são as regras sobre as regras. De certo modo, definem as jurisdições, regras e competências da disputa política e da elaboração das políticas públicas

195. As agendas de políticas públicas podem ser classificadas como: agenda não governamental, agenda governamental e agenda decisória.

196. Segundo o PDRAE, O governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil.

197. Stakeholders são as pessoas ou grupos interessados no projeto, que são impactados por ele de alguma forma. Qualquer projeto envolve desde pessoas impactadas positivamente quanto negativamente por sua existência.

198. Os tipos de controle são o preventivo, que ocorre antes das operações iniciarem; o simultâneo, que ocorre enquanto os planos estão sendo implementados; e o posterior, que enfoca o uso da informação sobre os resultados, no intuito de corrigir desvios em relação aos padrões aceitáveis.

199. A reforma administrativa de 1967, realizada por meio do Decreto-lei n.º 200, ampliou a administração direta, concentrando poder nos ministérios e limitando a flexibilidade na atuação das fundações e empresas públicas.

200. A obrigatoriedade de concurso público para a contratação de servidores e estabilidade no serviço foram medidas instauradas pelo governo JK.

QUESTÃO DISCURSIVA

Determinado Tribunal de Contas, em 2018, apreciou como ilegal o ato de aposentadoria a servidor, concedida pela administração no ano de 2010, ano em que o processo administrativo chegou ao Tribunal de Contas. O referido tribunal de contas alegou irregularidades quanto à certidão de tempo de serviço, e determinou, também, que ele devolvesse os valores percebidos.

O servidor, inconformado com a decisão do TC, impetrou mandado de segurança, a fim de anular a decisão proferida, arguindo coisa julgada administrativa, ofensa aos princípios da boa-fé e da segurança jurídica, no que se refere aos efeitos da decisão proferida, em especial à determinação de devolução das quantias recebidas.

Acerca da situação hipotética acima, e considerando a posição do STF nesse sentido, redija um texto que aborde, necessariamente, de forma objetiva e fundamentada, os seguintes aspectos:

- A natureza jurídica do ato administrativo de concessão de aposentadoria e a necessidade de obediência ao contraditório e à ampla defesa. [Valor: 7,00 pontos]
- A análise da decisão do Tribunal de Contas, considerando os prazos apresentados. [Valor: 6,00 pontos]
- A análise da decisão do Tribunal de Contas, no que tange à devolução das parcelas recebidas de boa-fé. [Valor: 6,00 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCU-12-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
